

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LAÍSSE WLADIA FERREIRA DA SILVA

**PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO: AS METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Orientador: Prof. MSc. Tiago Fonseca dos Santos

**TEFÉ
2018**

LAISSE WLADIA FERREIRA DA SILVA

**PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO: AS METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade do Estado do
Amazonas, como requisito da disciplina
Estágio Supervisionado III, orientado pelo
Prof. MSc. Tiago Fonseca dos Santos.

TEFÉ

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S586p

Silva, Laíse Wladia Ferreira

Patrimônio e Educação: as metodologias da educação patrimonial no ensino de história - Tefé, AM, 2018. /
Laíse Wladia Ferreira Silva. Manaus : [s.n], 2018.
57 f.: color.; 3 cm.

TCC - Graduação em História - Primeira Licenciatura -
Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas,
Manaus, 2018.

Inclui bibliografia

Orientador: Santos, Tiago Fonseca

1. Patrimônio. 2. Educação patrimonial. 3. Ensino de História. I. Santos, Tiago Fonseca (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Patrimônio e Educação: as metodologias da educação patrimonial no ensino de história - Tefé, AM, 2018.

**PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO: AS METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Esta Monografia foi apresentada à banca examinadora do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas para obtenção do título de Licenciado em História. Aprovada em 11/12/2018.

Banca Examinadora:

Prof. MSc. Tiago Fonseca dos Santos.
UEA

Prof. MSc. Adilma Portela da Fonseca Torres
UEA

Prof. MSc. Yomarley Lopes de Holanda
UEA

Tefé, 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a minha família, em especial ao meu pai Wagner Rocha, meu exemplo e a minha mãe Lourdes Siqueira por serem os meus pilares durante os momentos de tensão que surgiram inúmeras vezes durante a graduação e no desenvolvimento da pesquisa, pois eles não deixaram que eu desistisse por nada. Não é fácil manter o foco quando sua vida parece em meio a um furacão, quando precisa se estudar, trabalhar e manter, minimamente, o estado de espírito saudável.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Msc. e orientador Tiago Fonseca dos Santos por me guiar durante esse momento tão decisivo e importante na graduação, ao Dr. Eduardo Kazuo, meu orientador de iniciação científica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que me ajudou a dá os primeiros passos no campo de pesquisa, sem suas recomendações e conselhos esse trabalho não seria possível. Muito obrigada!

Quero deixar registrado aqui meus agradecimentos àqueles que concederam suas entrevistas, aos professores que acreditaram nas novas possibilidades de ensinar contribuindo muito para a minha pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de trabalho Anderson, Carlos Augusto e Gilmar que vezes me ajudaram indiretamente, “segurando a barra” .

Por fim aos meus grandes amigos: a geminina Verônica Lima, por sua amizade e parceria desde o início da graduação, a Jaciara por seu realismo extremo e altas doses de sinceridade, ao meu querido Ronilso Castro por seu carinho e disponibilidade em me ajudar em todos os momentos da pesquisa, amo muito vocês, por tentarem me animar nos momentos mais tristes e comemorar comigo os momentos mais felizes. Gratidão!

*“O que fazer quando o amanhã desmorona?
O que fazer para sustentar o que não pode ser tocado?
As ruínas contarão as histórias
A história vivida
Será um prédio desabitado
Um prédio bonito
Fincado na rua da nossa existência.”*

Zack Magiezi

RESUMO

As discussões acerca de ações educacionais com o patrimônio cultural trazem a tona diversas questões, uma delas é a própria noção de patrimônio que uma população possui. Nesse sentido, primeiramente buscou-se levantar junto aos moradores de Tefé-AM, sobre que eles compreendem como patrimônio cultural na cidade, através de entrevistas e uma enquete aplicada para alunos. A partir das análises qualitativas e quantitativas dos dados coletados durante a pesquisa de campo, percebeu-se que a compreensão de patrimônio cultural na cidade está ligada aos monumentos, algo material e grandioso, o que resulta no esquecimento das práticas culturais, ou seja, o imaterial. Além disso, percebeu-se através das observações durante a prática de estágio supervisionado, que há uma carência em projetos educacionais, principalmente no ensino de história, que utilizem o patrimônio cultural como fonte de conhecimento. A partir disso, sentiu-se necessidade de promover atividades educativas que envolvesse o patrimônio cultural, ou seja, o uso da educação patrimonial, como uma proposta a ser utilizada na sala de aula. Essa experiência contou com alunos do nono ano do ensino fundamental e professor da rede pública de ensino de uma escola estadual de Tefé.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Ensino de história.

Lista de Figuras

Figura 1: Quadro retirado do livro <i>Guia Básico de Educação Patrimonial</i>	25
Figura 2: Encontros em sala de aula – E.E. Prof. Nazira Litaff Moriz.	42
Figura 3: Encontros em sala de aula – E.E. Prof. Nazira Litaff Moriz.	43
Figura 4: Alunos visitam e observam a Igreja Matriz Santa Teresa D’ Avila	45
Figura 5: Alunos observam as estruturas externas do Seminário São José.....	45
Figura 6: Alunos observam e registram as estruturas internas e externas	46
Figura 7: Alunos registram suas observações sobre a Prefeitura Municipal de Tefé.....	46

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Total de opções assinaladas - E. Getúlio Vargas.....	30
Gráfico 2: Total de opções assinaladas - E. Santa Theresa.....	30
Gráfico 3: Total de opções assinaladas – CEST.....	31
Gráfico 4: Total de opções assinalas - Visitantes da SNCT.....	32
Gráfico 5: Resultado geral da enquete por escola/grupo de entrevistados.....	33
Gráfico 6: Total das opções e combinações assinaladas.....	34

Lista de Tabela

Tabela 1: Amostragem dos resultados por grupos	32
---	----

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: O PATRIMÔNIO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	13
1.1. AS CONCEPÇÕES DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	13
1.2. UM PANORAMA SOBRE A DISCIPLINA DE HISTÓRIA	19
1.3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	21
CAPÍTULO II: UMA ALTERNATIVA PARA O USO DO PATRIMONIO CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	27
2.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE TEFÉ	28
2.2 COMPREENSÃO DA POPULAÇÃO DE TEFÉ SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	29
2.3 IDENTIFICANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL EM TEFÉ	34
2.4. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	40
CONSIDERAÇÕES	52
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS.....	55

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural brasileiro possui uma grande diversidade que engloba tanto os conceitos de patrimônio histórico e artístico, abrangendo bens materiais e manifestações culturais, que caracteriza-se como representações de momentos da nossa história e comportam aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos múltiplos.

Há registros de ocupação humana na Amazônia que datam de 1.610 a.C. (COSTA, 2012), desde, então a região vem passando por profundas e drásticas mudanças culturais e sociais ao longo da história, diante disso compreende-se que a identidade cultural da população de Tefé é fruto de transformações que podem ser embasadas através de estudos históricos, antropológicos e arqueológicos.

Referências a essa identidade podem estar atreladas às memórias locais, representadas em bens materiais, como o Prédio do Seminário de São José, e bens imateriais como a Festa da Castanha (SILVA, 2016), sendo denominado Patrimônio Cultural, amparadas pelo Artigo 216 da Constituição Federal e sob os cuidados do órgão federal IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

No que diz respeito à preservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, considera-se muito importante, pois este possui significados que refletem e resguardam a diversidade em que a sociedade brasileira foi fundada, além de reforçar a memória e a identidade cultural de cada pessoa e lugar.

Na região amazônica as pesquisas relacionadas ao patrimônio (arqueológico, histórico, imaterial, entre outros) têm apresentado resultados importantes no tocante à compreensão da sua fruição, à diversidade de relações que se estabelecem com os mesmos (BEZERRA, 2011) e à implementação de alternativas para a realização de ações educacionais engajada com os saberes locais (CARNEIRO, 2014).

No entanto em Tefé, os estudos e ações que envolvam o patrimônio cultural seja material ou imaterial, são esporádicos, principalmente em relação às questões educativas que apontem possibilidades para uma interligação maior entre o ensino em salas de aula, a sociedade e a utilização e conservação desses patrimônios. Além disso, as ações educativas não acompanharam a prática da preservação do patrimônio ao longo do tempo, causando significativas perdas em relação à memória local.

Sendo assim, faz-se necessário realizar pesquisas voltadas ao patrimônio cultural local e educação patrimonial, como contribuição não só para área científica, mas também para que os próprios moradores de Tefé conheçam e compreendam o quão é importante preservar os bens culturais e os significados para afirmação da identidade.

Além disso, há uma carência em trabalhos que tratam de desafios contemporâneos no ensino. Considerando que trabalhos voltados à educação, contribuem para a formação continuada dos professores, pois eles irão conhecer novas metodologias para serem utilizadas em suas aulas.

Com isso, a memória local, seja ela material ou imaterial pode ser utilizada no processo educacional, pois obtêm um papel fundamental na fomentação das práticas educativas no caminho da valorização das identidades culturais (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999).

Nesse sentido, detectou-se a partir de entrevistas semi-estruturadas, narrativas e uma enquete com professores e moradores de Tefé, que mostraram que a noção de Patrimônio Cultural está fundida a prédios ou monumentos, e é pequena a parcela da população que considera as práticas populares como um patrimônio a ser preservado. De acordo, com os dados, os bens culturais estão sendo desvalorizados pela maior parte da população e pelo poder público. Esta informação torna a execução desse trabalho essencial, pois é um ponto de partida para o incentivo de ações educativas que envolva o Patrimônio Cultural local dentro e fora do âmbito escolar.

E ainda o levantamento de percepções e informações sobre o patrimônio cultural de Tefé junto população, mostrou a necessidade de ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e de que maneira isso dialoga com a formação de cidadania, identidade cultural, memória entre outras questões socioculturais.

Com isso, surgiu a necessidade de tentar inserir nos conteúdos escolares as percepções de patrimônio, que foram obtidos durante a primeira parte da pesquisa e também durante a prática de Estágio Supervisionado II, para discutir com os alunos essas informações, com a realização de uma oficina sobre o patrimônio cultural na Escola Estadual Professora Nariza Litaff Moriz com uma turma de alunos do 9º ano, tentando relacionar o contexto histórico do patrimônio com alguns conteúdos na sala de aula.

Para tornar mais claro essas questões esta monografia, dividiu-se em dois capítulos. O capítulo I “O patrimônio e a educação patrimonial” que está dividido em três sub tópicos, pretende-se apresentar as concepções de patrimônio histórico e cultural ao longo do tempo, utilizando como principal embasamento teórico os autores Pedro Funari e Sandra Pelegrini,

em seguida, para evidenciar a questão da história como disciplina escolar independente foi escrito o segundo sub tópico, no terceiro abordaremos sobre as metodologias da educação patrimonial correlacionando com o ensino de história.

No capítulo II “Uma alternativa para o uso do patrimônio cultural no ensino de história”, buscou-se averiguar quais as diferentes concepções de patrimônio cultural da população da cidade de Tefé-AM, nos sub tópicos “Compreensão da população de Tefé sobre o Patrimônio cultural” e “Identificando o Patrimônio cultural em Tefé”, foram feitas as análises das entrevistas semiestruturadas e da enquete aplicada, de caráter qualitativo apontando que a maior parte da população de cidade, relaciona os bens culturais aos prédios, com certo caráter excepcional e grandioso, deixando de lado os costumes, crenças e expressões.

No sub tópico “A Educação patrimonial como proposta metodológica para o ensino de história”, apresenta-se uma estratégia para o uso de patrimônio cultural em sala de aula, considerando despertar o interesse por ações de preservação dos bens culturais locais.

CAPÍTULO I: O PATRIMÔNIO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Neste primeiro capítulo, abordaremos a trajetória histórica do conceito de Patrimônio histórico e cultural, complementando com algumas discussões sobre preservação do mesmo.

Para isso, utilizamos como principal referencial teórico a obra “Patrimônio Histórico e Cultural” Funari e Pelegrini (2009), além de dados fornecidos pelo site do Instituto de Patrimônio Artístico e Nacional – IPHAN.

Abordaremos ainda, um pouco sobre a história como disciplina no Brasil e questão da Educação Patrimonial relacionada ao ensino, nesse caso, o ensino de história, nos sub tópicos 1.2 e 1.3, respectivamente.

1.1. As concepções de patrimônio histórico e cultural

De acordo com FUNARI e PELEGRINI (2009) a palavra Patrimônio é de origem latina *patrimonium*, que se refere à herança familiar ou pertencente ao pai de família *pater familias*. O *pater familias* tinha domínio sobre os bens moveis e imóveis (filhos, esposa, escravos, animais e terras), ou seja, tudo o que podia ser legado por testamento, nesse caso o patrimônio estava ligado ao âmbito privado e aos interesses individuais da elite aristocrática romana.

O conceito de patrimônio, a partir do século V, deixou um pouco de lado o aristocrático e alcançou outro caráter: o religioso, desta vez simbólico e coletivo, que trazia os sentimentos religiosos como valores sociais compartilhados, expressados em formas materiais ou espirituais, como a valorização das relíquias consideradas sagradas ou dos rituais, despertando nas pessoas, que não faziam parte da elite, um sentimento de apropriação do patrimônio. No entanto, os traços aristocráticos foram reacendidos com a monumentalização das igrejas e a criação de catedrais que aos poucos iam tomando conta da paisagem do mundo físico e espiritual.

As novas perspectivas trazidas pelo Renascimento na Europa do século XIV, foram reforçadas pelo humanismo nascente que se inspirava na Antiguidade grega e romana, seus estudiosos buscavam ler obras antigas e colecionar vestígios dessa Antiguidade.

Assim, começaram a se preocupar com a catalogação e coleta de moedas, vasos de cerâmica, inscrições de pedra e de tudo que viesse dos antigos, assim surge uma prática que ficou conhecida com Antiquariado, Fonseca (2009) afirma que para os antiquários, esses

objetos antigos, inicialmente, interessavam como documentos, dotado de valor artístico e a coleta e a partilha eram interesses apenas da sociedade aristocrática. De acordo com alguns estudiosos, o patrimônio moderno é derivado dessa prática, que permanece até a atualidade na forma de colecionadores de antiguidades.

No entanto, mesmo com as mudanças trazidas pelo Renascimento, o caráter aristocrático e privado do patrimônio foram mantidos, ainda que pouco evidente. Só a partir do surgimento dos Estados nacionais na Europa em plena Revolução Francesa, houve uma transformação profunda da concepção de patrimônio, pois eles formulariam uma nova característica de governo no sentido em que os cidadãos deveriam compartilhar uma cultura e uma língua, um território e uma origem.

Nesse sentido, a noção de patrimônio foi inserida na construção de uma identidade nacionalista, tendo inúmeras funções simbólicas no processo de consolidação dos Estados Nacionais.

Mobilizadas pelas ameaças do vandalismo reformista de destruição e perdas de monumentos já consagrados, as sociedades nacionais começaram a investir em questões de preservação, pois até o século XVIII, a noção e ações de preservação, que estavam voltadas para os monumentos, eram casuais, e quando aconteciam eram realizadas pela Igreja e a aristocracia (FONSECA, 2009).

Para tanto, foram criadas políticas educacionais que difundissem, já entre as crianças, a ideia de pertencimento a uma nação. De acordo com Funari e Pelegrini (2009), essas políticas visavam despertar nos jovens o sentimento nacionalista, ponto de partida para o conceito de patrimônio que temos atualmente, desvinculado das questões privadas e religiosa medievais, dando lugar aos sentimentos populares de origem, língua e território.

O ápice do patrimônio nacional foi impulsionado pelas duas guerras mundiais, resultado do sentimento nacionalista entre os anos de 1914 a 1945, onde os vestígios mais distantes no tempo e espaço foram assimilados como parte da construção da nacionalidade. Assim, esses vestígios foram utilizados para construir uma identidade ancorada nesse patrimônio nacional, inclusive para reivindicação de territórios e invasões militares, como por exemplo, a Alemanha nazista que se utilizou dos vestígios dos germanos, considerados seus antepassados, para justificar suas invasões territoriais.

Um marco importante para a rompimento do patrimônio com o nacionalismo imperialista, de acordo com Funari e Pelegrini (2009) seria superado pelo fim da Segunda

guerra mundial e a criação da Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, ambas criadas em 1945, que conferiu um novo contexto, o pós-guerra que trazia consigo abordagens mais amplas de cultura, colocando sob fim interpretações nacionalistas e racistas do passado.

Os movimentos que surgiram logo após a guerra, como os sociais e em defesa do meio ambiente foram muito importantes, pois demonstravam que existia a diversidade de grupos e interesses sociais divergentes. Em 1950, as políticas de proteção do patrimônio ampliavam-se tanto para o meio ambiente quanto para os grupos sociais, que antes era deixado de lado pelo espírito do nacionalismo, privilegiando os valores da sensibilidade e o lugar do sujeito na percepção do mundo.

Com isso, foram aparecendo gradativamente, ampliações e variedades no âmbito patrimonial, para além do nacional, com a participação crescente das pessoas na gestão dos bens patrimoniais, culturais e ambientais, que deixaram de ser apenas preocupação dos órgãos administrativos.

A importância da diversidade estava em foco, portanto, já não fazia mais sentido valorizar apenas o que era excepcional, belo e grandioso. A noção de patrimônio vestia-se de uma nova roupagem passando a incorporar um conjunto de bens que não necessariamente, era algo extraordinário, mas comum às pessoas.

Nessa conjuntura, desenvolve-se a noção de imaterialidade do patrimônio, no qual a relação humana com uma paisagem natural (montanhas, árvores, rios...) passa a ser considerado bem patrimonial, não somente isso, mas como acrescenta Grunberg (2008), os saberes populares os artesanatos, crenças, modos de fazer, as relações sociais, formas de organização política, econômica e tecnológica, constituem a noção de patrimônio imaterial.

Em 1972, a UNESCO, promoveu a primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural, com o reconhecimento da importância da diversidade, passou a se considerar os sítios declarados como patrimônio da humanidade, como bens de todos. De acordo com essa convenção, o patrimônio da humanidade está composto da seguinte forma: Monumentos: obras arquitetônicas, inscrições, cavernas, pinturas, vestígios arqueológicos; Conjuntos: grupos de construções; Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, etnológico, estético e científico; Monumentos naturais: formações físicas e biológicas; Formações geológicas: *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçados de extinção; Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural. (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Foram lançadas várias campanhas internacionais de preservação do patrimônio, como por exemplo, no Brasil em 1988, para salvaguardar as missões jesuíticas, presente em varias partes do país.

Na América Latina, a ampliação do conceito de patrimônio cultural deu ensejo aos projetos de construção de identidades nacionais, fundamentalmente a partir das primeiras décadas do século XX. Se no início os intelectuais e as práticas preservacionistas nacionais identificavam patrimônio como um conjunto de objetos, monumentos ou lugares que metaforicamente podiam materializar uma ideia de nação específica, hoje se inclui uma vastidão de adjetivos que qualificam o patrimônio.

No entanto, deve-se pensar que as políticas de preservação do patrimônio cultural na América Latina, são recentes, elas surgiram após a UNESCO reconhecer alguns bens culturais latino-americanos como patrimônio da humanidade, como por exemplo, a reabilitação dos centros históricos que contribuem não só para a promoção da identidade, mas para o desenvolvimento econômico e social, pois se aproveita desses espaços para o aumento da indústria turística.

Nos últimos anos, do século XX, foram aparecendo discussões mais aprofundadas sobre o patrimônio cultural e sua preservação ao mesmo tempo em que se ampliava a noção de patrimônio histórico para patrimônio cultural, feitas principalmente pelas esferas do governo federal.

A ampliação, no Brasil, se deu através do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...]

Com isso, foi deixada de lado a perspectiva baseada em episódios grandiosos e personagens elitistas, abrangendo outros sujeitos sociais, passaram-se a definir o patrimônio a partir dos referenciais culturais das comunidades populares.

Assim, o Patrimônio cultural torna-se um conjunto de bens materiais e imateriais que possuem significados que refletem e resguardam a identidade de um povo ou lugar, “é um elemento importante para o desenvolvimento sustentado, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania.” (GHIRARDELLO, 2008). Para Silveira e Bezerra (2007) um objeto qualquer, uma edificação antiga ou uma ruína, por certo, jamais estão isentas de significação para o grupo que os vivencia cotidianamente.

No Brasil, as discussões sobre o patrimônio cultural e sua preservação, possui uma longa trajetória, e tem buscado incorporar o diálogo com outros campos de estudos, e o surgimento de programas relacionados a preservação e conservação tem se estendido pelo país.

Pioneiro na preservação do patrimônio, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma entidade federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, encarregado de identificar, catalogar, restaurar, conservar, preservar e fiscalizar a difusão dos bens culturais no território brasileiro fundamenta-se, para suas ações de preservação, no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 que estabelece como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A Constituição também considera a parceria entre o poder público e as populações locais para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, mas mantendo a gestão do patrimônio relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

Reforçado pelo Decreto n.3.551 o patrimônio de natureza imaterial ganhou mais vigência em relação sua preservação. Esse decreto instituiu o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial definindo um programa voltado especialmente para esses patrimônios.

No entanto, devemos ter em mente que primordialmente, as propostas de preservação direcionadas ao Iphan eram orientadas pela estética e valor excepcional da obra, em pleno governo Vargas, seguindo essas características, as primeiras ações era em defesa de palácios governamentais estilo neoclássico, pois eram bens que representam e traduziam a nacionalidade que estava baseado o governo, conseqüentemente os bens que não pertenciam as elites foram esquecidos, e que só foram considerados como patrimônio através do decreto citado acima.

Retomando a questão sobre a preservação do patrimônio, o Iphan transcorre por território nacional através de superintendências regionais, museus, casas históricas e escritório técnico, pois é responsável por realizar o registro que reconhece e valoriza legalmente os bens imateriais que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. O registro é aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural.

Ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com a categoria correspondente:

- **Livro de registro dos saberes** criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

- **Livro de registro das celebrações** para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social, como por exemplo, o Círio de Nazaré na cidade de Belém – PA, registrado em 2004 que representa a cultura ligada fortemente a devoção religiosa.

- **Livro de registro das formas expressão** para as manifestações artísticas em geral, ex: Toque dos sinos em Minas Gerais, registrado em 2009;

- **Livro de registro dos lugares** para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas, como exemplo a Cachoeira de Iauaretê (Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri) localizada no município de São Gabriel da Cachoeira – AM, registrado em 2006, símbolo de resistência dos povos indígenas que habitam a região¹.

Outro instrumento legal e mais conhecido é o Tombamento podendo ser feito pela administração federal, estadual e municipal. A palavra tombo, significando registro, começou a ser empregado pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo, onde eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo.

No Brasil, como referência, foi adotada tal expressão para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente, assim quando uma pessoa é proprietária de algum bem que

¹ www.iphan.gov.br (Acesso em 02/10/2018)

possui valor cultural do país, o Estado pode intervir e sujeitá-la a um regime especial de tutela, usando de seu domínio eminente no cumprimento do dever de proteção à cultura (ALVES, 2008).

1.2 Um panorama sobre a disciplina de história

Assim como a concepção de patrimônio, o ato de “fazer história”, foi recente aberta a novas abordagens, primordialmente, estava atrelado à capacidade dos seres humanos de deixar registros escritos de sua trajetória no mundo, considerando como marco principal o surgimento da escrita (ABUD, 2010). A partir do século XX, com a escola dos *Annales* que abriu espaço para a diversidade de fontes questionando os registros escritos, os historiadores então passaram a construir suas narrativas baseando-se em registros diversos como os materiais, orais, imagéticos e sonoros.

A história como disciplina escolar independente, surgiu no século XIX, fruto de lutas políticas, educacionais e sociais, de um movimento acadêmico de debates teóricos e políticos em defesa da valorização da História e Geografia na educação escolar (FONSECA, 2009). O ensino de História pode ser caracterizado a partir de dois grandes momentos.

O primeiro teve início na primeira metade do século XIX, com a introdução da área no currículo escolar. Após a Independência, com a preocupação de criar uma genealogia da nação, elaborou-se uma história nacional, baseada em uma matriz europeia e a partir de pressupostos eurocêntricos.

O segundo momento ocorreu a partir das décadas de 30 e 40 deste século, orientado por uma política nacionalista e desenvolvimentista. O Estado também passou a realizar uma intervenção mais normativa na educação e foram criadas as faculdades de filosofia no Brasil, formando pesquisadores e professores, consolidando-se uma produção de conhecimento científico e cultural mais autônoma no país (BRASIL, 1998).

A História como disciplina escolar obrigatória surgiu com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, dentro de um programa inspirado no modelo francês, eram os estudos literários voltados para um ensino clássico, destinados à formação da elite. Assim, tudo leva a crer que, no pós-independência, o principal objetivo do sistema educacional brasileiro continuava a ser a formação das elites dirigentes.

O outro objetivo da inserção da História do Brasil no currículo estava voltado para a constituição da ideia de Estado Nacional laico, mas articulado à Igreja Católica. O Estado

brasileiro organizava-se politicamente e necessitava de um passado que legitimasse a sua constituição, e nada mais coerente, era disseminação da educação nacionalista.

Nesse sentido, os acontecimentos históricos ensinados iniciavam com a história portuguesa a sucessão de reis em Portugal e seus respectivos governos e, na sequência, introduzia-se a história brasileira as capitânicas hereditárias, os governos gerais, as invasões estrangeiras ameaçando a integridade nacional. Os conteúdos culminavam com os “grandes eventos” da Independência e da Constituição do Estado Nacional, responsáveis pela condução do Brasil ao destino de ser uma grande nação.

De acordo com Fonseca (2009), outro ponto importante foi a influência norte-americana sobre o Brasil, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, contribuindo para formulação de novos programas de História expedidos por portarias ministeriais que destacavam a ampliação e fortalecimento da História da América nos currículos escolares sob a influência de autores norte-americanos.

Além disso, o golpe militar, instalado em 1964, apenas aprofundou as características já presentes no ensino de História, para que não pudessem contestar a ordem política vigente, o regime preocupou-se em diluir, no antigo Primeiro Grau, as disciplinas História e Geografia na disciplina intitulada Estudos Sociais e tornaram obrigatórias, em todos os graus de ensino, as disciplinas já existentes Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira pela Lei n. 5.692/71 (BRASIL, 1998).

Em pleno regime militar o ensino de História era baseada em uma narrativa histórica protagonizada por grandes personagens históricos, vindo de famílias pertencentes a elite, que deveriam ser cultuados e homenageados por suas realizações. Tratava-se de um ensino que não se preocupava com sujeitos das classes populares e nem com a análise crítica e refletiva dos acontecimentos históricos, pelo contrário, não havia espaço para interpretação e análise crítica.

Com isso, o objetivo era formar cidadãos que melhor servisse aos interesses do Estado. Assim, a relação entre professor e aluno seria marcada pelo caráter autoritário, pela concentração de poder e saber nas mãos do professor, pela atitude passiva e receptiva do aluno e pela autoridade do livro didático.

Novas propostas metodológicas e programas para o ensino de História na Educação Básica só se desenvolveram, com mais propriedade, no final dos anos 70, momento em que o regime militar é contestado e as instituições políticas repressoras são enfraquecidas. Todavia, os embates e entraves do governo para elaboração de diretrizes de ensino possibilitaram que

professores elaborassem seus próprios currículos, que, muitas vezes, eram copiados de propostas curriculares já existentes.

Até atualidade, dada a conjuntura política e social que o Brasil se encontra, a história enquanto disciplina ainda luta para manter-se nas escolas, apesar de se mostrar necessária na formação do cidadão consciente de seu papel enquanto sujeito histórico.

1.3 A Educação Patrimonial e o ensino de história

A abertura para novas concepções de patrimônio cultural alavancou no país, a multiplicação de ações educativas voltadas à questão patrimonial, com o intuito de despertar na sociedade o sentimento de preservação, para isso um conjunto de práticas denominadas Educação Patrimonial foi adotado. A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para a vida pessoal e coletiva.

De acordo com Grunberg:

Definimos educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de formação educacional, que coloca o patrimônio cultural como fonte de conhecimento individual e coletivo. É o ensino centrado nos bens culturais (evidências e manifestações de cultura), que propõe desenvolver com crianças e adultos, através da experiência e do contato direto, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças (GRUNBERG, 2008 p.37).

Horta; Grunberg e Monteiro em o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999) discutem que o patrimônio não se resume aos objetos históricos e artísticos, monumentos representativos da memória nacional e centros históricos. Ressaltam que também existem os saberes populares (modos de criar, fazer e viver) e expressões culturais diversas que constituem o processo de formação da identidade do cidadão, permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele. Assim, o “patrimônio é uma herança, uma riqueza constituída de bens materiais ou não, deixada pelos nossos antepassados” (MARTINS,2008 p.72).

O patrimônio material pode ser classificado ainda, segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, podendo ser imóveis como cidades históricas, sítios arqueológicos e bens particulares/individuais; ou

móveis, como coleções arqueológicas e etnográficas, acervos documentais, museológicos, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos².

Quanto ao patrimônio imaterial, pode ser atribuído valor àquelas práticas e domínios da vida social que possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. Estes podem se manifestar em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como as feiras. Essas manifestações são promovidas e protegidas através dos inventários, livros de registros e tombos.

A proteção do patrimônio cultural, seja ele tangível (aquilo que pode ser tocado) ou intangível (que não pode ser tocado), é preservar e manter viva a história de um povo, o que possibilita ao indivíduo o reencontro com o passado em que ele toma consciência de si mesmo e do outro. A partir do conhecimento e valorização deste patrimônio é que todo cidadão cumpre o dever de proteger e conservar a herança cultural que resistiu a passagem do tempo, “trata-se de retomar o fio da nossa própria história, de caminhar sobre bases firmes que nos sirvam de referencial para o planejamento futuro” (GRUNBERG, 2008, p. 38).

Nesse sentido, o patrimônio cultural possibilita o conhecimento sobre o passado, compreensão do presente e fomenta diferentes processos socioculturais na sociedade, aproximando o indivíduo da sua própria identidade, além de facilitar a reflexão sobre a existência de diversidade cultural, como ressalta Grunberg (2008) a educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural, permitindo ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia.

Contudo para consolidação da Educação Patrimonial, a mesma deve ser pensada a partir da realidade dos alunos, assim eles poderão participar ativamente nas questões de conhecimento e valorização do patrimônio cultural.

De acordo com Grunberg (2000) as primeiras experiências realizadas aplicando a metodologia da Educação Patrimonial datam de 1983 no Museu Imperial com a realização do I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, quando se detectou a necessidade do trabalho conjunto com professor, resultando o livro “Guia Básico da Educação Patrimonial”, com o intuito de fomentar, como o próprio nome já diz, guiar atividades, debates, estudos sobre o assunto e, principalmente, para a abertura de novas trilhas de exploração e descoberta dos significados que se escondem atrás do Patrimônio Cultural Brasileiro. Desde então, foram discutidos inúmeros pontos para o estabelecimento da

² www.iphan.org.br (Acesso em 02/11/2018)

metodologia de Educação Patrimonial no Brasil, que foram postas em práticas em diferentes localidades do país mostrando excelentes resultados.

Esses resultados abrangem uma nova visão do Patrimônio Cultural brasileiro em sua diversidade material e imaterial, como fonte primária de aprendizado e conhecimento podendo ser utilizada para a formação de crianças e adultos no sistema formal de ensino. Além disso, o uso do patrimônio como instrumento motivando à prática de cidadania. “[...] o método da Educação Patrimonial só pode ser, da mesma forma, um processo contínuo de experimentação e descoberta.” (HORTA *et al.*, 1999).

Horta (1999) acredita que esta tarefa educacional com o patrimônio cultural deve ser considerada como um processo de construção do conhecimento a partir do contato do sujeito aprendiz com o objeto cultural, pois apenas passar uma informação através de discursos pré-fabricados não oferece uma possibilidade de trocas de vivências e experimentações é preciso que o sujeito seja capaz de apropriar e participar da sua identidade.

Essa reflexão caminha para além do acúmulo de conhecimentos, devendo-se empreendê-la dentro de um processo contínuo de transmissões de crenças, valores e saberes. Pode-se dizer assim que o Patrimônio cultural exprime um conjunto de valores materiais e imateriais, expressos por imagens, palavras, objetos, danças, comidas, monumentos, celebrações, a serem identificados e compartilhados pela comunidade. Com essa definição em mente, é possível compreender que a cultura compõe-se de significados, ideias e concepções, acompanhando o dinamismo da própria vida. Esses significados se expressam através de práticas sociais, através do discurso e das manifestações artísticas de um povo.

Abordando a questão indígena pode-se, por exemplo, desenvolver no aprendiz a percepção de que uma panela de cerâmica foi elaborada tecnicamente, por indivíduos com a capacidade de produção de diversas formas, levando a compreender os costumes e crenças desse povo, pode-se, por exemplo, conhecer as comidas típicas de cada grupo indígena e como elas são preparadas. Segundo Horta (1999), quando um indivíduo conhece a ideia, o significado, a técnica de criação e a importância do objeto para a cultura material específica de uma comunidade, consegue dar um valor para esse objeto no interior de si. Esse indivíduo torna-se capaz de ser um cidadão consciente frente às singularidades culturais.

O conhecimento crítico do patrimônio pelas comunidades gera o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, para que assim exerçam a preservação sustentável desses bens. O processo educacional que é centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária do conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, entre crianças e adultos é a

Educação Patrimonial. Têm como princípio o contato direto com os bens patrimoniais e as manifestações culturais para conseguir sua compreensão, internalização e valorização de sua herança cultural. (HORTA, 1999)

As metodologias da Educação Patrimonial podem ser aplicadas em qualquer tipo de manifestação cultural e evidência material, pois consistem em dialogar de maneira que estimule e facilite a comunicação e interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação, fortalecendo parcerias para a proteção e valorização desses bens. (HORTA, 1999)

Tal abordagem funciona como um suporte, uma ideia básica para se adotar. Ela se constitui mais como uma diretriz conceitual que abrange o campo da memória individual e coletiva dos cidadãos, envolvendo toda a cultura e a história herdada, ou seja, um patrimônio cultural que foi legado para esses no presente, podendo utilizar-se das heranças dos mesmos e de outras nações, levando à compreensão de uma diversidade cultural.

A Educação Patrimonial pode ser explorada pelo seu potencial em diversas áreas possibilitando aliar a História, as Artes, a Matemática, a Geografia e a Educação física, os professores podem utilizar como peças principais nas suas aulas os objetos culturais da comunidade e dos seus vizinhos: as próprias edificações da escola, as celebrações, as criações artísticas, as crenças, as músicas entre outras formas de expressão.

É fundamental em todas as áreas do ensino a utilização dos objetos culturais, podendo cada qual explorar e investigar conforme a especificidade de cada área. Também pode ser adotada fora da escola, em outras instituições: museus, teatros, hospitais, e até mesmo dentro da própria casa que carrega toda uma história familiar, pretendendo trabalhar com os legados deixados no presente, que se referem a uma história, costumes e culturas de uma região.

As etapas metodológicas que podem ser adotadas na Educação Patrimonial consistem: na observação (a identificação do objeto, sua função e significado); no registro (a fixação do conhecimento percebido, desenvolvimento da memória e do pensamento lógico, intuitivo e operacional); na exploração (a análise do problema, o levantamento de hipóteses, discussão, avaliação); e na apropriação (o desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, valorizando o bem cultural) (HORTA, 1999).

Como mostra o quadro abaixo:

Figura 1: Quadro retirado do livro *Guia Básico de Educação Patrimonial*.

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	<ul style="list-style-type: none"> • identificação do objeto/ função/significado; • desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) <u>Registro</u>	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	<ul style="list-style-type: none"> • fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) <u>Apropriação</u>	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	envolvimento afetivo , internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Guia Básico de Educação Patrimonial (1999).

Esse tipo de metodologia pode ser trabalhado dentro e fora da sala de aula com crianças e adultos. As etapas não seguem uma ordem precisa, podendo ser realizadas uma dentro da outra. Nas duas primeiras etapas os alunos conhecerão o objeto trabalhado, permitindo que se aproprie do mesmo. Essa é uma maneira de resgatar e, conseqüentemente, valorizar a memória e cultura local.

De acordo com VARINE (2012) os trabalhos educacionais, atrelados ao patrimônio cultural, oferecem caminhos para a preservação e o desenvolvimento local.

Para tanto, esses trabalhos pode ser fomentados na sala de aula, colocando os alunos em contato com questões de patrimônio e sua preservação, podendo ser estabelecido durante a educação básica, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Os PCN's foram elaborados para que sejam respeitadas as diversidades culturais de cada região no processo educativo: "pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania" (BRASIL, 1998).

Os PCNs dão orientações para que a educação atue na construção da cidadania e o faz incluindo a diversidade cultural brasileira como parte do seu patrimônio sociocultural. Dessa forma, o ensino de história pode permitir que o estudante do ensino básico reconheça as diferenças culturais como fator importante na construção de da identidade . Neste sentido é essencial propiciar o conhecimento sobre a diversidade que formam o amplo patrimônio

sociocultural brasileiro é uma ferramenta utilizada na escola para a construção do cidadão mais atuante na sociedade.

Nos PCNs, a proposta curricular de História foi organizada em torno de eixos temáticos, nesse sentido, a história não é vista em uma sequência cronológica linear, como na abordagem tradicional. Esses eixos temáticos discutem sobre a reflexão em diversos momentos históricos criando possibilidades para construção de relações entre presente-passado, utilizando conteúdos e atividades que os alunos possam se apropriar (SILVA, 2012).

O uso do Patrimônio Cultural nessa perspectiva é considerável, pois propicia uma identificação com o tema estudado, caso seus vestígios estejam manifestos, podendo ser observados, sentidos e ouvidos no cotidiano.

De acordo com Grunberg (2000), o Patrimônio Cultural serve como fonte primária de observação aberta à exploração, pois nele se condensa um amplo leque de manifestações e relações humanas, tanto existidas como existentes.

Nesse sentido, os bens culturais possuem uma carga concentrada de informação e referências, com a capacidade e potencial de oferecer informação possibilitando diferentes leituras e investigação do mundo, “pode-se aprender a partir e com os bens culturais, materiais e imateriais” (CUSTÓDIO, 2008 p.25).

A educação patrimonial é uma estratégia, no sentido que ela trabalha com os bens culturais, para a valorização e a preservação do patrimônio cultural, torna-se uma chave para o conhecimento e reconhecimento do mesmo.

CAPÍTULO II: UMA ALTERNATIVA PARA O USO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Dentre as reclamações existentes entre os alunos, em relação à disciplina de história, está o fato de muitos entendê-la apenas como matéria “decorativa”, sem relação com o cotidiano e com o presente deles. Mas a questão que surge é como falar do passado e mesmo assim ter relação com o presente, com o cotidiano do aluno, tornando as aulas mais interessantes e participativas.

Devemos ter em mente que todos os questionamentos sobre o passado têm uma relação direta com o presente, contudo, esta relação não está contida diretamente nos livros didáticos, que na maioria das vezes lidam com história factual, servindo apenas para confirmar o que muitos alunos dizem sobre a matéria, como sendo decorativa. Outro problema com os livros didáticos e com a educação em geral, está no fato de que tudo que é repassado em sala serve a uma única finalidade, que é o vestibular. Tal fato acaba impossibilitando, muitas vezes, que um trabalho visando uma mudança social seja desenvolvido. Mesmo sabendo do papel transformador do professor e da sua influência na vida dos alunos, em poucas escolas existe um apoio ao profissional que está disposto a fazer tal tarefa.

Percebi em experiências pessoais, durante a Prática de Estágio Supervisionado I e II que a forma tradicional de ensino é falha, pois não compreende o aluno no seu cotidiano e muito menos possibilita a sua inserção dentro da sociedade, com questionamentos e críticas. Por isso, entendo que é importante trabalhar com formas alternativas de ensino, dentro e fora da sala de aula, com o intuito de fazer o aluno entender a sua participação como sujeito histórico, como cidadão e como indivíduo inserido em uma sociedade.

Dentre estas formas de educação alternativa está a Educação Patrimonial que utiliza elementos culturais, tais como artesanato, música, dança, jogos, meio ambiente, história local, história oral, entre outras, que visam a formação de cidadãos conscientes do seu papel enquanto sujeitos históricos.

2.1 O patrimônio cultural na cidade de Tefé

A cidade de Tefé está localizada no interior do estado do Amazonas, às margens do rio Solimões. Sua população é estimada em 60.154 habitantes (IBGE, 2018) e a identidade cultural de seus habitantes é fruto de transformações sociais, econômicas e culturais.

Em Tefé, o exemplo mais emblemático de patrimônio cultural material, é o prédio do Seminário de São José que foi construído durante o século XX, o qual possui valor histórico-cultural, arquitetônico e que abriga um importante acervo documental, que “[...] ajudam a manter o contato com a história de um povo para que possa ser resguardado às gerações futuras” (MACEDO, 2008 p.).

Em visita ao prédio, foi observada significantes degradações das estruturas físicas tanto na área externa quanto na área interna do mesmo, as intervenções passadas acabaram criando um sério risco de desabamento que não respeitaram suas características originais, além disso, as construções situadas em seu entorno comprometem a visão geral e frontal do Seminário de São José.

Partindo dessa observação, a utilização da Educação Patrimonial é um passo importante no sentido de produzir elementos para a sensibilização local a respeito da importância de se preservar os bens culturais local no tocante a apropriação e uso do mesmo no cotidiano das pessoas e, sobretudo, no ensino informal. Esse é um caminho fundamental para evitar a destruição de bens arquitetônicos expressivos para a memória e identidade local.

Contudo, antes de utilizar a Educação Patrimonial, especialmente em sala de aula, é necessário levantar informações junto à população sobre a sua compreensão de patrimônio, levando em consideração que os bens devem ser identificados a partir dos significados que estes possuem para o indivíduo e a sociedade (BEZERRA, 2008). Tal levantamento permite identificar os interesses, apropriações e relações entre as pessoas e os objetos, servindo como um norte para se pensar em que atividades serão desenvolvidas e com qual finalidade.

As atividades interativas com objetos, construções e manifestações possibilitam ao indivíduo o conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural local (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999). Dessa forma, foi realizada uma ação de educação patrimonial crítica, relacionada às questões locais da população. (BEZERRA, 2014; MENESES, 2009).

Segundo Cury (2005) o uso de avaliações para o desenvolvimento de ações educativas relacionadas ao patrimônio tem apresentado ótimos resultados em relação à fruição e preservação dos bens. Dessa forma foram realizadas entrevistas com um número amostral

de cinco sujeitos, seguindo um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas possibilitando a compreensão sobre o patrimônio da cidade de Tefé. Além disso, foi aplicada uma enquete com alunos de uma turma do ensino médio da Escola Estadual Getúlio Vargas (entre 15 a 18 anos) e uma turma de 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Santa Theresa (entre 13 a 14 anos de idade), com alunos do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST/UEA e com alunos visitantes (25 a 40 anos de idade) da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (2016).

A enquete foi construída com quatro opções de múltipla escolha, onde o entrevistado poderia assinalar uma ou todas as opções que achasse necessário, seguindo o modelo abaixo:

O que você acha que pode ser considerado Patrimônio Cultural em Tefé?

Festas e danças (Ex: Festa da Castanha, Os Tribais...)

Monumentos Históricos e Religiosos (Ex: Igreja Matriz, Seminário, Sítios Arqueológicos...)

Conhecimentos tradicionais (Ex: tecelagem, potes de barro, pesca com azagaia...)

Paisagens naturais (Ex: Reserva Mamirauá, Rios, lagos, igarapés...)

2.2 Compreensão da população de Tefé sobre o Patrimônio cultural

Para a tabulação dos dados dos questionários aplicados foram criadas combinações, sendo preciso nomear as opções dispostas. Dessa forma a primeira opção do questionário foi representada pela letra “*a*”; a segunda opção pela letra “*b*”; a terceira opção pela letra “*c*” e a quarta e última opção pela letra “*d*”.

Os questionários respondidos foram tabulados e apresentaram os seguintes resultados:

Escola Getúlio Vargas

No total 17 alunos participaram da enquete. Dessa soma, apenas três assinalaram todas as opções; as combinações $b+d$ foram assinaladas por quatro alunos e as combinações $a + b + c$; $a + c+d$; $a + d$ foram assinaladas uma única vez cada. Alguns alunos optaram por assinalar apenas uma opção, onde três alunos indicaram a opção *a* e um aluno a opção *d*. Conforme dados apresentados no gráfico 1:

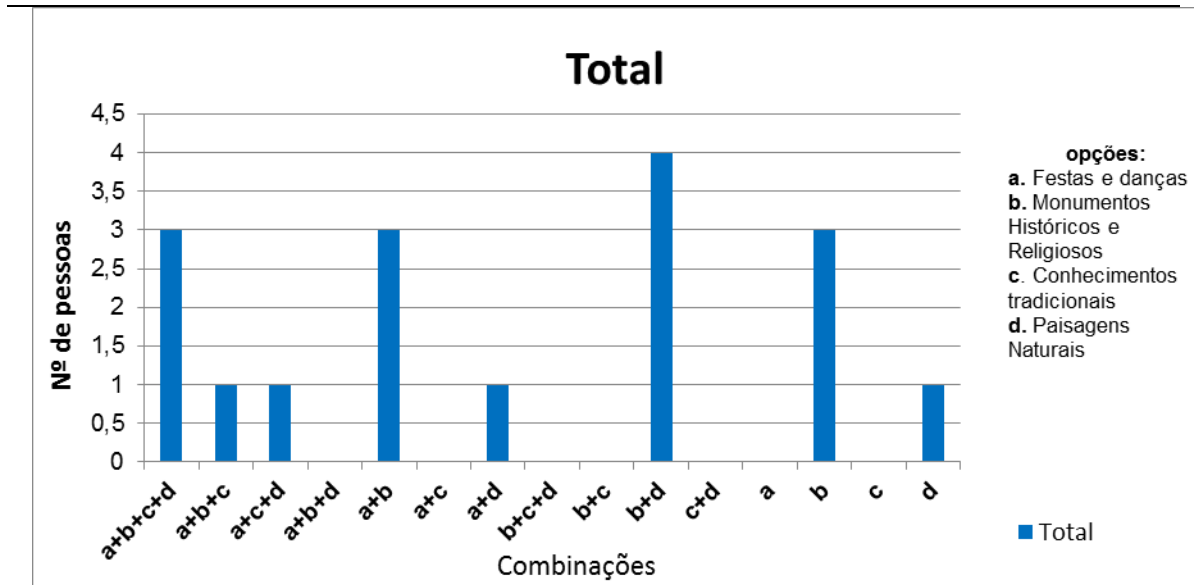


Gráfico 5: Total de opções assinaladas - E. Getúlio Vargas

Escola Santa Theresa

No caso da escola Santa Theresa houve 27 alunos que responderam os questionários, no qual 17, mais da metade, optaram por assinalar apenas a opção *d*; desse modo três assinalaram a opção *b* e um aluno a opção *a*. Dentre as combinações obtivemos um voto para as opções *a+c*; *a+d*; *b+d*; *c+d*; e dois alunos assinalaram as opções *b+c+d*. De acordo com o gráfico 2:

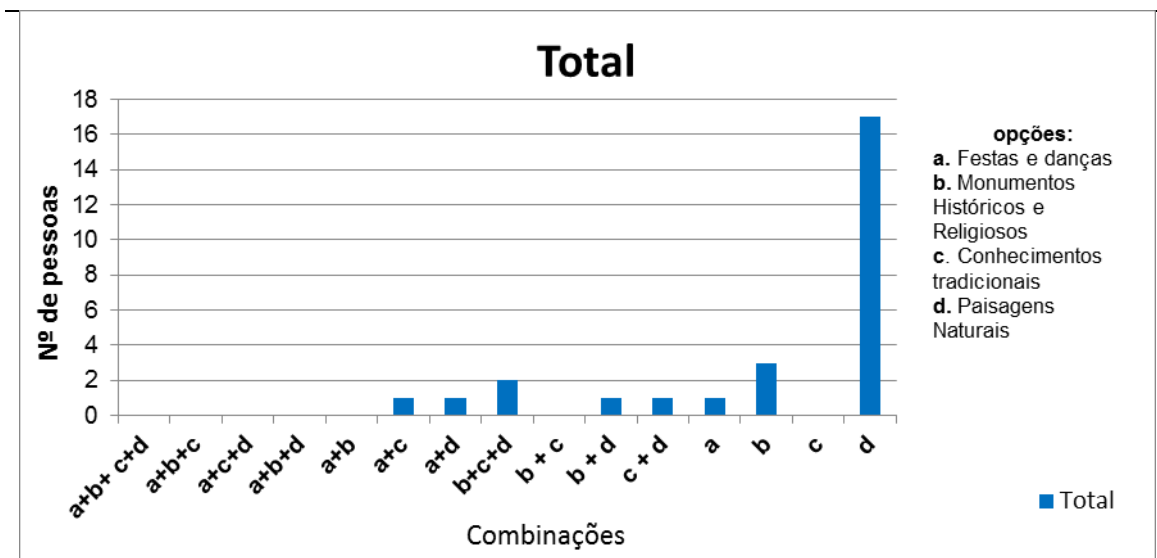


Gráfico 6: Total de opções assinaladas - E. Santa Theresa.

CEST/UEA

Participaram da enquete 57 pessoas de diferentes cursos e o resultado obtido com mais votos foi a opção *b* indicada por 12 pessoas, seguida da opção *b + c* que nove pessoas assinalaram; as opções *a + d* foram assinaladas por oito pessoas; seis pessoas optaram por marcar as opções *a*, *c + d*; assim seis pessoas também optaram por todas as opções apresentadas; as opções *a*, *b + d*; *b*, *c + d* foram indicadas por quatro pessoas; três pessoas indicaram somente a opção *d*; as opções *a + c*; *b + d* foram assinaladas por duas pessoas e as opções *a*, *b + c* foram indicadas por uma pessoa (gráfico 3).

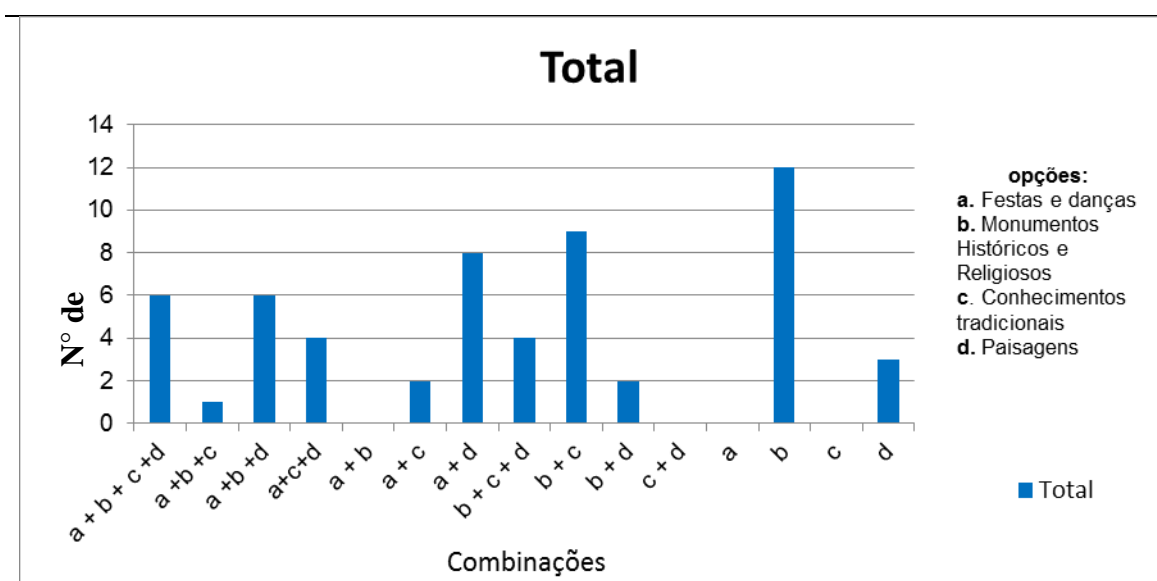


Gráfico 7: Total de opções assinaladas – CEST.

Visitantes da SNCT

No total de 40 visitantes que se propuseram a responder o questionário, optaram pelas quatro opções 17 visitantes; cinco visitantes assinalaram as opções *b + d*; quatro assinalaram as opções *a*, *c + d*; assim como quatro visitantes assinalaram as opções *b*, *c + d*; as opções *a + b* foram marcadas por três visitantes, do mesmo modo três optaram apenas pela opção *b*; dois visitantes marcaram as opções *a + c*; as opções *c + d* foram também marcadas por dois visitantes; um dos visitantes assinalou as opções *a*, *b + c* e um visitante marcou as opções *b + c* (gráfico 4).

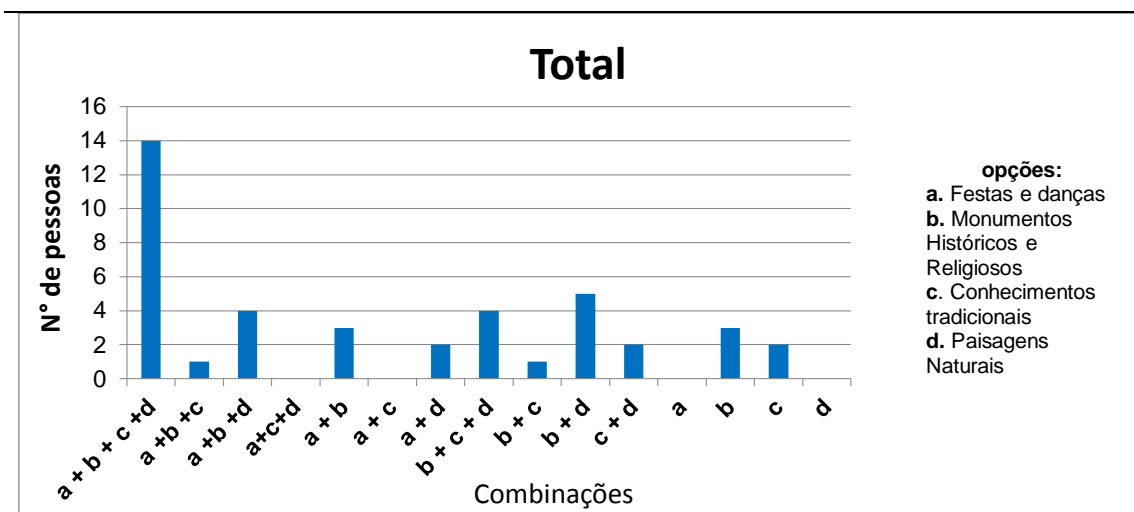


Gráfico 8: Total de opções assinaladas - Visitantes da SNCT.

Os resultados podem ser conferidos na tabela abaixo:

Nº de pessoas entrevistadas = 142					
Combinações e opções	Getúlio Vargas	Santa Theresa	CEST	Visitantes da SNCT	TOTAL
a+b+c+d	3	0	6	14	23
a+b+c	1	0	1	1	3
a+c+d	1	0	6	4	11
a+b+d	0	0	4	0	4
a+b	3	0	0	3	6
a+c	0	1	2	0	3
a+d	1	1	8	2	12
b+c+d	0	2	4	4	10
b+c	0	0	9	1	10
b+d	4	1	2	5	12
c+d	0	1	0	2	3
a	0	1	0	0	1
b	3	3	12	3	21
c	0	0	0	2	2
d	1	17	3	0	21
TOTAL	17	27	57	41	

Tabela 1: Amostragem dos resultados por grupos

A partir das combinações, nota-se a uma grande preferência dos entrevistados, independente dos grupos (gráfico 6), pelas as quatro opções apresentadas a + b + c + b. Consequente as opções b e d, isoladas, foram assinaladas mais vezes em questionários respondidos por alunos do CEST e Santa Theresa, respectivamente.

Essas opções correspondem as seguintes respostas:

- Opção a =Festas e danças (Ex: Festa da Castanha, Os Tribais...)
- Opção b = Monumentos Históricos e Religiosos (Ex: Igreja Matriz, Seminário, Sítios arqueológicos...)
- Opção c = Conhecimentos tradicionais (Ex: tecelagem, potes de barro, pesca com zagaia...)
- Opção d = Paisagens naturais (Ex: Reserva Mamirauá, Rios, lagos, igarapés...)

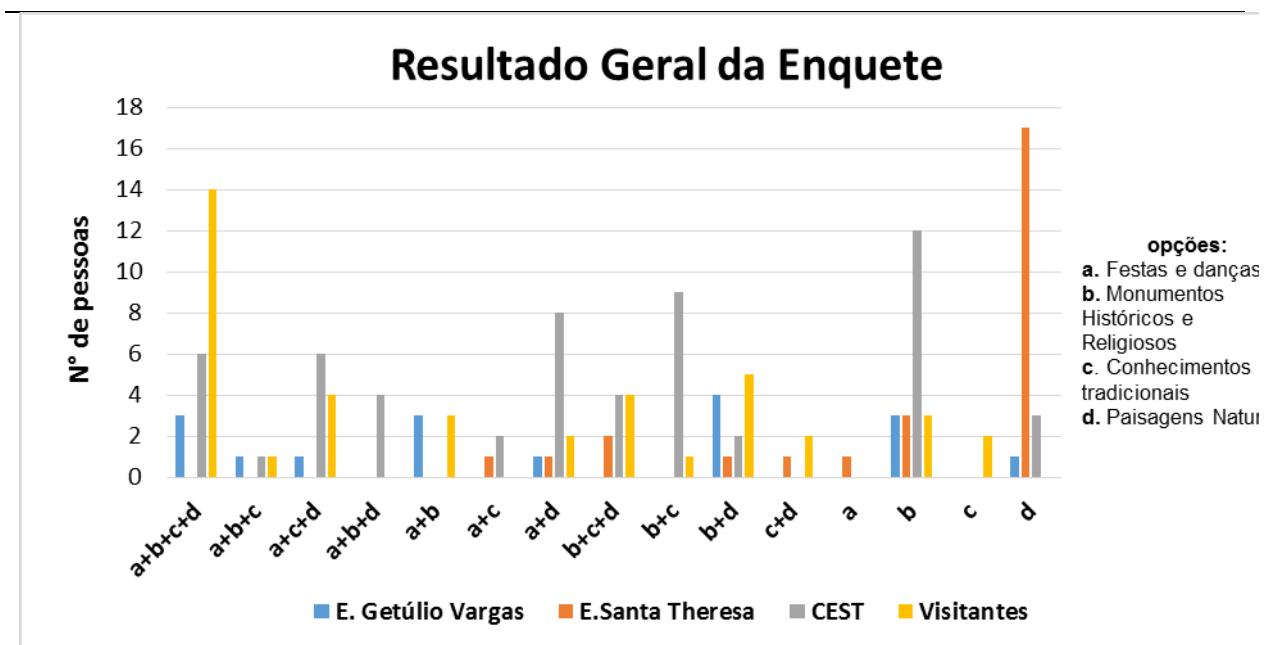


Gráfico 9: Resultado geral da enquete por escola/grupo de entrevistados

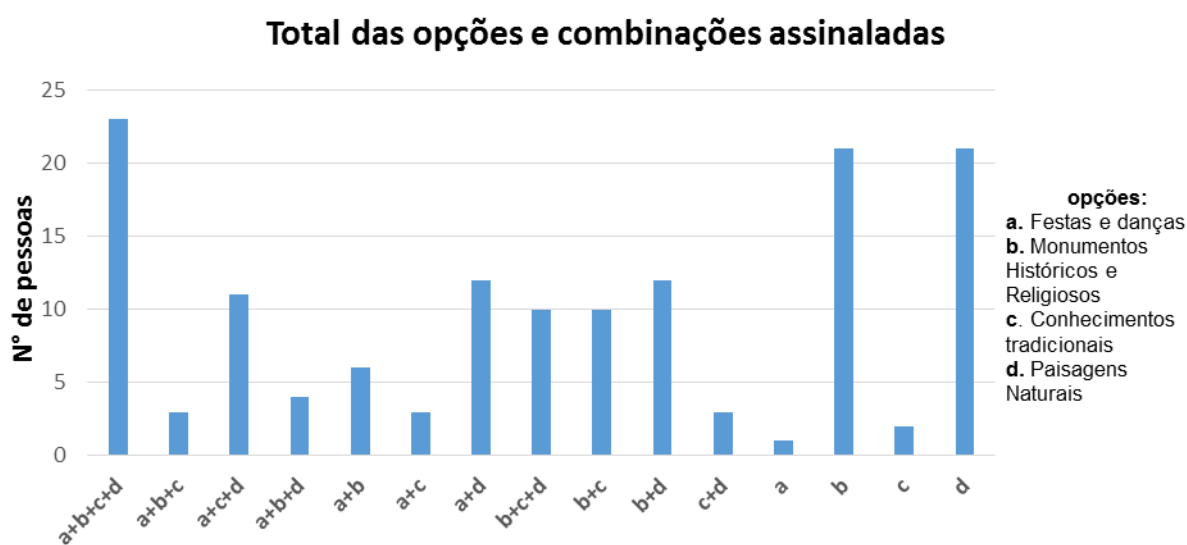


Gráfico 10: Total das opções e combinações assinaladas

A preferência pelas opções $a + b + c + d$ obteve a maioria dos votos ($n=23$), sendo que 14 foram dadas pelos visitantes da SNCT (25 a 40 anos). Esse resultado pode ser um reflexo da idade do público amostrado aliado a experiência de vida (maturidade, formação intelectual, etc.) ou ao acesso às informações diversificadas (televisão, livros, revistas, internet, etc.). Assim a compreensão do que é patrimônio cultural torna-se mais abrangente, contrapondo aos alunos do ensino médio e fundamental ($n=3$ e $n=0$, respectivamente).

Em seguida, a opção mais assinalada foi b ($n=21$), sendo que 12 foram assinaladas pelo público universitário do CEST, demonstrando que o patrimônio a ser valorizado são os bens edificados ou monumentais. Desse modo a noção de patrimônio consolida-se em coisas concretas por conta de sua visibilidade ou marco paisagístico vinculados a algum momento histórico da localidade.

A opção d também obteve 21 indicações, sendo que 17 foram majoritariamente dos alunos da Escola Santa Thereza (13-14 anos de idade). No entanto, vale ressaltar que tal opção pode ter sido escolhida pelo fator contextual espacial (durante a SNCT dentro do IDSM), resultado das intensivas atividades de educação ambiental na cidade e/ou pelo fato dos alunos terem respondido em grupos (e.x. copiando a resposta do colega).

2.3 Identificando o Patrimônio cultural em Tefé

Em relação às entrevistas, estas foram feitas com o apoio do questionário com 10 perguntas pré-elaboradas (ver anexo 1) afim de recolher dados qualitativos, algumas

entrevistas levaram mais tempo para serem realizadas do que outras com duração máxima de duas horas, todas foram gravadas com auxílio do gravador de voz, consentidas pelos entrevistados, com cinco pessoas entre 42 a 78 anos. O perfil dos entrevistados foi escolhido de acordo com as atividades de atuação na cidade.

Desse modo, contamos com a participação da secretária de Cultura municipal (2016), um representante da Igreja Católica, um professor da rede pública, uma comerciante local e uma funcionária do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Primeiramente, foi feita uma visita no local de atuação de cada entrevistado, a partir de então foram marcadas as entrevistas, para um segundo momento de acordo com a disponibilidade de horário dos mesmos.

A primeira entrevista foi concedida pelo padre representante da Igreja Católica em Tefé, A. G., que nasceu em HellSmoth - Holanda e veio para o Brasil em 1964 por conta da vocação missionária estabelecendo moradia na cidade em 1992. Nos relatos de seus primeiros anos em Tefé, ele expõe que se sentiu deslocado e notou uma grande diferença de cultura (culinária, vestimentas, passividade...) na região amazônica em relação aos outros estados do Brasil.

O entrevistado mencionou que a boa hospitalidade dos moradores o orgulha de morar em Tefé, pois quando chegou à cidade foi bem recebido e acolhido. Entretanto, o padre aponta que os problemas de infraestruturas, a poluição sonora e das ruas e o desleixo tanto da população quanto da prefeitura com a cidade de maneira geral, demonstram um desrespeito com a mesma e com o próximo. Além disso, quando perguntado o que falaria sobre a cidade para alguém que não a conhece, o padre diz que comentaria que a região possui muitas belezas naturais como os rios, as matas e os passeios de canoa nos lagos que permite observar as comunidades ribeirinhas há quem quisesse visitar e para quem viesse morar comentaria sobre as dificuldades econômicas da cidade, pois há poucas possibilidades de emprego.

O padre desde quando chegou a Tefé se dedica a estudar a história da região do Médio Solimões, por conta disso possui várias informações e imagens registradas pela Igreja Católica. Ao ser indagado sobre o que seriam para ele os monumentos históricos mais importantes da localidade, respondem vários como o Seminário de São José, que de acordo com ele foi construído em três partes: primeira e mais antiga (lado esquerdo) em 1913 onde funcionava a prefeitura apostólica, a segunda parte (do meio) em 1932 e a terceira parte (lado direito) em 1956.

Outro monumento seria a Matriz de Tefé (Catedral de Santa Teresa) que em 1905 era feita de taipa, mas desabou por causa de um temporal e depois se construiu outra com as

características atuais; a Catedral da Saudade (o cemitério) que acredita ser um sítio arqueológico por ser as margens do rio e também por ter os restos mortais enterrados de pessoas que fizeram parte da história de Tefé; outro prédio seria onde funciona a escola Frei André da Costa, de acordo com padre as estruturas originais eram “mais impressionantes do que o Seminário” (A. G., 2016); a atual praça Tulio Azevedo que antigamente era conhecida como a praça da Cabanagem, por fim o entrevistado considera também como algo importante o conjunto arquitetônico que compreende um prédio de dois andares com vários cômodos e uma capela, localizado na Comunidade das Missões às margens do lago Tefé, as construções remete a chegada da ordem religiosa dos espiritanos na cidade na época colonial.

O entrevistado acredita que todos os monumentos históricos citados por ele, alguns já estão em estado precário de preservação, devem ser conservados e podem chegar ao conhecimento das gerações futuras.

A segunda pessoa a ser entrevistada, foi a secretária de Cultural Municipal (2016), J. A., nascida no município de Alvarães, mudou-se para Tefé com 25 anos de idade por motivos matrimoniais, mas diz se considerar autêntica tefeense pós-graduada em gestão escolar e atua na secretaria a quase dois anos.

Utilizando-se das perguntas do questionário, a primeira sobre os aspectos que ela se orgulha em Tefé, foi respondida com certo desânimo, menciona que são poucos, por ser uma cidade considerada como polo econômico, “*pois tudo é aquela coisa: já teve, já houve, já foi, passou e se acabou (...) hoje Tefé deveria ser uma cidade pra todo mundo se orgulhar*” (J. A., 2016), ainda complementa que pouco que se tem não é valorizado.

Para a entrevistada, os bens mais importantes da localidade são: o Conjunto arquitetônico da Comunidade das Missões, o Seminário de São José, a praia da Ponta Branca e a Igreja da Matriz (Catedral de Santa Teresa). E quando perguntada sobre o que falaria para uma pessoa que não conhece Tefé, respondeu que comentaria sobre a rica cultura amazônica, a dança da Ciranda e o extinto Festival Folclórico que era realizado durante três noites e compreendia várias apresentações de artistas e danças locais, todavia deixou de ser promovido pela Prefeitura Municipal.

A secretária respondeu à pergunta em relação aos bens mais importantes na cidade a serem preservados as gerações futuras, da seguinte maneira: “*nós que somos tefeenses, devemos conservar o que tem e a gente não ver isso*” (J. A., 2016). Além disso, ela acrescenta que a Festa da Castanha, o Seminário de São José e a cultura local é algo que não pode ser esquecido e devem ser preservadas às pessoas que estão por vir, pois ela nos remete um pouco da história de Tefé.

O patrimônio para a entrevistada é algo que representa os nossos antepassados e a história local. A atuação do prefeito e vereadores (2016) para ela é muito falha e descompromissada com a manutenção de eventos que promovam a cultura local, considerando que poderia ser criadas organizações na comunidade que intercedam pelos bens culturais junto ao poder público. No momento da entrevista, a secretária de Cultural, diz se achar um pouco impotente com a falta de apoio frente às situações do descaso da prefeitura para a realização de eventos culturais.

O terceiro entrevistado foi um professor graduado em História e pós-graduado em Educação de Jovens e adultos, A. P., que atua na área de história, filosofia e sociologia da rede estadual de ensino desde 2004, nasceu na cidade de Manaus e também se mudou para Tefé quando tinha sete anos de idade com a família.

O professor diz que um dos motivos de se orgulhar da cidade é pela a possibilidade de manter um contato direto com as pessoas, o carisma dos moradores de Tefé e o fácil acesso aos alimentos como o peixe. Além disso, as praias e igarapés, apesar do descuido da comunidade, oferecem lazer aos mesmos. Quando perguntado sobre os aspectos/elementos que não o orgulha em Tefé ele comenta sobre a ignorância (falta de conhecimento) das pessoas como os governantes da cidade que não conseguem administrar e realizar ações que beneficia os próprios moradores em relação à educação, cultura e a saúde.

O entrevistado acredita que o monumento histórico mais importante da localidade é o prédio do Seminário de São José pela questão estrutural do mesmo e também por ser um referencial da cidade e a própria cultura local devendo ser preservado às gerações futuras, pois caracteriza e guarda a história da cidade. O patrimônio, para ele é algo amplo que engloba as paisagens naturais, os bens materiais e imateriais (a ciranda, dança tribal) que permite perceber a identidade de um lugar.

A quarta pessoa entrevistada foi uma funcionária do Instituto Mamirauá, M. M.B. S., nascida na Comunidade do Ingá nas margens do Solimões, também se mudou para a cidade quando criança aos 12 anos para concluir os estudos, cursou Técnico em enfermagem, trabalha na área de Educação e Saúde.

Os aspectos/elementos que a entrevistada se orgulha na cidade são as belezas naturais como o lago de Tefé, a vegetação, e ainda mais uma vez foi citado o Seminário de São José, algumas casas localizada na Rua Monteiro de Souza que remetem um pouco dos antepassados que passaram pela cidade.

A poluição e a precária estrutura das ruas da cidade é citada por ela como algo que vergonha, que a deixa inquieta; outro ponto é a indignação com a gestão do município no 2016 que tem um descaso total com a população.

Quando perguntada sobre o que falaria a uma pessoa que não conhece a cidade, comentaria apenas os aspectos positivos. Para a entrevistada, os monumentos históricos mais importantes da localidade são a estrutura do prédio do Seminário, o conjunto arquitetônico das Missões e segundo ela, os mesmos devem ser preservados às gerações futuras por resguardar uma época da história da cidade.

O patrimônio, para a entrevistada é algo que foi decorado e guardado como uma relíquia. Nesse sentido, a indignação volta, ao falar sobre a maneira como os órgãos governamentais e até mesmo a maior parte da população lidam com a questão de conservação do patrimônio cultural, retratando o desrespeito com o mesmo.

A quinta entrevistada foi concedida, pela ex-professora e atual comerciante local, A. B. R., nascida em Tefé, formada no 2º grau (antigo Magistério).

Os aspectos/elementos que a comerciante se orgulha da cidade é a hospitalidade dos moradores, *“é um povo que gosta de abraçar”* uma cidade que ela considera boa de morar pela tranquilidade que a mesma apresenta. Como aspectos negativos ela aponta a educação atual consequente dos profissionais que atuam na área, ela relata que antigamente o ensino era mais rígido e funcionava para disciplinar as crianças.

Quando perguntada sobre o que falaria a uma pessoa que não conhecesse a cidade, a entrevistada diz que comentaria apenas sobre as coisas boas e os aspectos positivos da cidade. Os monumentos históricos mais importantes para ela seria o Seminário de São José, o prédio da escola Frei André, a praça Santa Teresa localizada em frente à Igreja, de acordo com a entrevistada todos eles devem ser preservados às gerações futuras.

Para a entrevistada, o patrimônio é algo muito importante que *“foram deixado pelos nossos antecessores”* (A.R., 2016) e tem que ser guardado aos nossos descendentes. E ao ser perguntada sobre o que ela acha da atuação dos órgãos públicos em relação a cultura na cidade, a entrevistada expõe que deixa muito a desejar por conta do desleixo com a cultura local.

A entrevistada ainda relata que quando havia poucas casas no centro da cidade, era comum encontrar pedaços de ossos na praia da Ponta Branca, podendo ser um indicativo de resquícios de cemitério indígena na região.

Em relação aos dados levantados da enquete, os mesmos permitiram analisar o que uma parcela da população tefeense opta por valorizar e quais os bens culturais que consideram como patrimônio cultural.

A análise apontou que o patrimônio material está na preferência da maior parte dos entrevistados e essa predileção está vinculada a um conceito antigo de patrimônio no qual somente monumento, edificações e construções são valorizados. Esse tipo de definição o patrimônio é considerado como algo concreto, ou seja, “um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação” (Funari e Pelegrini, 2009).

A noção de imaterialidade do patrimônio ainda se apresenta, timidamente, através das respostas dadas pelos entrevistados. No entanto, deve se ter em mente que as discussões acerca do patrimônio de natureza imaterial ainda são muito recentes.

As entrevistas foram realizadas com o intuito de coletar informações através de perguntas pré-elaboradas sobre o histórico de vida do entrevistado, a cidade de Tefé, a sua noção particular de patrimônio cultural e sua relação com a história, preservação, órgãos públicos, etc.

Os dados qualitativos coletados permitiram uma análise mais específica sobre noções de patrimônio cultural, além disso, foi possível identificar alguns bens culturais em Tefé, segundo o ponto de vista dos entrevistados, como o Seminário de São José, a Catedral de Santa Theresa, o Prédio da Escola Estadual Frei André da Costa, a festa da Castanha, a Catedral da Saudade (o cemitério), o conjunto de arquitetônico da Comunidade da Missões localizado as margens do lago de Tefé, segundo eles os bens remetem à historicidade e cultural local e podem e devem ser preservados às gerações futuras.

As noções de patrimônio nas entrevistas foram ampliadas, ainda que esporádica, a consideração em preservar o Patrimônio imaterial é exposta por poucas pessoas. Quatro dos entrevistados relataram que a cidade perdeu expressivas manifestações culturais ao longo do tempo como a Ciranda que é uma dança que surgiu em Tefé, fundada pelos moradores locais, com o passar dos anos foi sendo esquecida e desvalorizada pelo poder público municipal, logo depois foi levada para o município de Manacapuru. Dois dos entrevistados disseram que participavam como integrantes da dança que era realizada durante os eventos culturais. Isto demonstra que mantinham uma relação de apropriação desse bem imaterial. Outra informação interessante é que todos os entrevistados consideram os sítios arqueológicos e paisagísticos como patrimônio cultural.

Enfatizando a desvalorização com Patrimônio local e o desinteresse em promover eventos culturais, todos os entrevistados comentam que um dos elementos/aspectos negativos da cidade é o descaso não apenas dos órgãos públicos, entretanto pela maioria da população.

2.4. A Educação patrimonial como proposta metodológica para o ensino de história

Partindo dos resultados do levantamento realizado, foi desenvolvida uma ação de educação patrimonial orientada para o uso e valorização da cultura material (objetos, prédios, ruas, lugares, entre outros), pretendendo sensibilizar a comunidade local e a rede de ensino formal para a importância dos referenciais locais nas práticas educacionais.

As abordagens sobre Patrimônio Cultural foram utilizadas como instrumento de aprendizado nas aulas de história, trabalhando com alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Professora Nazira Litaff Moriz (E.E.P.N.L.M) localizada na Rua Moacir Vieira da Gama, Bairro São João, na cidade de Tefé. A observação da utilização do patrimônio cultural nas aulas de história foi realizada também na mesma escola, através do período da Prática supervisionada de Estágio II e entrevistas com os professores, partindo de um questionário contendo seis perguntas relacionadas ao patrimônio e ensino (ver anexo 2).

As oficinas foram realizadas com intuito de utilizar os bens culturais como recursos nas aulas, para que as crianças conheçam a história local a partir da observação e apropriação do patrimônio cultural, identificando relações entre o presente e o passado, permanências e transformações no tempo.

A realização da oficina contou com a participação de 38 alunos do 9º ano do ensino fundamental - turno matutino - e do professor da disciplina de História. A participação do professor é importante, pois ele “[...] é o principal responsável pela criação das situações de trocas, de estímulo na construção de relações entre o estudado e o vivido” (BRASIL, 1998). Nesse sentido, foi utilizada a metodologia da Educação Patrimonial.

De acordo com Evelina Grunberg (2000), essa metodologia consiste nas seguintes etapas: a primeira trata-se da identificação do Bem Cultural, a partir da observação e análise; a segunda etapa consiste no registro do Bem Cultural, através de atividades de registro da identificação realizando fotos e relatos escritos ou gravados; a terceira etapa é a Valorização e Resgate, que será realizada através da interpretação e comunicação do observado e registrado.

Como já foi mencionado a metodologia da Educação Patrimonial, pode ser utilizada dentro e fora da sala de aula com crianças e adultos, uma forma de resgatar e, conseqüentemente, valorizar a memória e cultura local.

Conforme o planejamento junto com a professora, foram realizados quatro encontros na sala de aula sobre o Patrimônio Cultural, respeitando uma hora/aula (48 minutos). Para tanto foram esquematizadas da seguinte forma:

Encontro 1

Roda de conversa sobre patrimônio:

- Noções sobre Patrimônio Cultural material e imaterial, como referencial a obra “Patrimônio Histórico e Cultural” utilizando imagens para ilustrar.
- Significados de Preservação;
- Por quê preservar?

Encontro 2

- Apresentar o trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN;
- Formas de preservação: Registro, Inventário e Tombamento de acordo com a Constituição Federal de 1988;
- Exercício: identificar Patrimônio Cultural material e imaterial (foram utilizadas imagens para este exercício).

Encontro 3

- Assistir documentários sobre patrimônio cultural: A cachoeira Sagrada de Iarautê do Alto Rio Negro – Amazonas; e o Som dos sinos de Minas Gerais
- Discutir os documentários com os alunos: o que observaram, a relação do com a realidade e o contexto histórico de cada um.

Encontro 4

- Orientações para o trabalho de campo: Visita ao centro de Tefé
- Formação de grupos e distribuição das fichas de observação.

No primeiro contato com os alunos, foi realizada uma explicação breve do projeto e dos objetivos, além de enfatizar a contribuição do mesmo para suas aulas de história. Esse primeiro encontro serviu para observar a posição dos alunos diante do ensino de História e o Patrimônio Cultural.

Durante a apresentação do projeto aos alunos, eu fiz a seguinte pergunta: “*Alguém sabe o que é Patrimônio Cultural?*”, o silêncio pairou na sala. Um dos alunos presentes, disse que era uma coisa bem antiga, apenas isso.

Os alunos não costumavam trabalhar com os bens culturais como fonte de aprendizado, principalmente, no ensino de História e a noção de patrimônio é déficit. Sendo assim os encontros foram elaborados, pensados e baseados no primeiro contato.

Encontros

O primeiro encontro, foi realizado no mês de março de 2017, como já foi enfatizado as nossas oficinas dependeram da dinâmica escolar e por esse motivo os dias dos encontros foram alterados de acordo com a disponibilidade da sala.

Figura 2: Encontros em sala de aula – E.E. Prof. Nazira Litaff Moriz.



Fonte: Verônica Fernando (2017).

Figura 3: Encontros em sala de aula – E.E. Prof. Nazira Litaff Moriz.



Fonte: Verônica Fernando (2017)

No primeiro encontro foram trabalhadas noções básicas de Patrimônio, Patrimônio Cultural material e imaterial; Marcos histórico: como a ideia de patrimônio no Império Romano, na Revolução Francesa e final da Segunda Guerra Mundial, a qual foi mudando ao longo desses acontecimentos; o que é Preservação e por que preservar Patrimônio Cultural. Essas noções foram discutidas sempre tentando relacionar com o cotidiano dos alunos, com perguntas sobre o que cada um reconhecia como patrimônio cultural.

No segundo encontro, realizado no mês de abril de 2017, apresentamos a atuação do Iphan no Brasil e quais os objetivos do Instituto em relação ao patrimônio. Essa apresentação facilitou que os alunos entendessem mais a fundo as questões de preservação, discutidas no encontro anterior. E ainda, as formas de preservação legal dirigidas para os diferentes tipos de patrimônio (material: móveis e imóveis; imaterial).

Nesse encontro foi realizado um exercício de reconhecimento, usamos o data show para mostrar as imagens de diferentes patrimônios culturais brasileiros, principalmente de Tefé (de acordo com os resultados das entrevistas e enquete) e Amazonas. A ideia era perguntar dos alunos a qual cidade ou estado o patrimônio pertencia e, além disso, as formas de preservação legal de cada um.

O terceiro encontro aconteceu nos meses de Maio de 2017, foi utilizado o recurso em vídeo. Discutimos o contexto histórico de dois documentários de curta duração: a cachoeira sagrada de Iarautê do Alto Rio Negro - Amazonas e o som dos sinos de Minas Gerais. Os

vídeos relatam os processos de valorização desses patrimônios culturais. Em relação ao documentário sobre a cachoeira sagrada de Iaruatê, foi abordado o processo de revitalização do lugar, a colonização espanhola e portuguesa sob os povos indígenas também foi enfatizada.

O último encontro no mês de Junho de 2017, em sala de aula foi discutido com os alunos e a professora, os desdobramentos da visita ao centro da cidade como a formação de cinco grupos compostos pelos alunos para manter a organização durante a visita e, também para o preenchimento das fichas de observação.

Visita ao centro de Tefé

A partir das discussões em sala de aula, a necessidade da observação tornou-se mais evidente. As curiosidades entre os alunos ao decorrer dos encontros surgiram com mais frequência, principalmente em questões locais. A visita ocorreu no dia 13 de Junho de 2017.

Nesse sentido, a visita teve papel essencial para a consolidação dos encontros, pois os alunos puderam observar os bens culturais da cidade. As visitas nos diferentes pontos do centro de Tefé: Igreja Matriz de Santa Teresa D'Avila; Seminário São José; Prefeitura de Tefé, teve duração de uma hora, com o auxílio da professora colaboradora do projeto e a ajuda de três voluntários (professores da escola) que conduziram os alunos em dois carros e uma van com 28 lugares até ao ponto de partida: a igreja Matriz de Santa Teresa, considerada como Patrimônio Cultural.

Orientamos aos alunos que iniciassem suas observações e anotassem na ficha, comentei um pouco a história da igreja, baseada na entrevista com o padre A.G. representante da igreja católica.

Figura 4: Alunos visitam e observam a Igreja Matriz Santa Teresa D' Avila



Fonte: Verônica Fernando (2017)

Logo em seguida, continuamos em caminhada para o prédio do Seminário São José também considerado como Patrimônio Cultural, de acordo com os entrevistados, que fica localizado próximo à igreja Matriz.

Ao chegar à frente do Seminário São José, pedi que os alunos visualizassem a estruturas do mesmo, e anotassem as observações nas fichas. Comentei sobre os motivos da construção do prédio e o que funcionava no mesmo. Logo em seguida, com a autorização dos responsáveis pelo prédio, os alunos adentram para as observações internas com a ajuda de um funcionário que é estudante de história, as dependências internas foram exploradas, com ênfase nas questões históricas que envolvia o lugar.

Figura 5: Alunos observam as estruturas externas do Seminário São José



Fonte: Verônica Fernando (2017).

Figura 6: Alunos observam e registram as estruturas internas e externas



Fonte: Verônica Fernando (2017)

Após, seguimos para a Prefeitura Municipal de Tefé (Palácio Bertholletia excelsa) ultima parada da caminhada no centro da cidade, a mesma estava em processo de reformas, por conta disso as observações foram feitas apenas externamente.

Figura 7: Alunos registram suas observações sobre a Prefeitura Municipal de Tefé.



Fonte: Verônica Fernando (2017)

Por fim, com todas as observações registradas. Seguimos para o ponto inicial da caminhada, retornando para a escola. Ao chegar à escola recolhemos todas as fichas, para obter um panorama sobre o olhar do aluno em relação ao patrimônio cultural local observado.

Inicialmente notei que alguns alunos se dispersavam facilmente, no entanto com o pertencimento à um grupo, as dúvidas e informações que foram surgindo durante a visita contribuiu para que as distrações fossem sanadas.

Além disso, uma grande parte dos alunos, nunca visitaram as dependências internas do Seminário São José, ou mesmo não sabiam que poderiam entrar no prédio. Nesse sentido, a falta de informações acerca de Tefé e, sobretudo os bens culturais locais, permeiam e consolidam o descaso em relação à preservação seja cultural ou não.

E ainda, a falta de recursos como transporte para levar os alunos até o centro de Tefé, foi um dos problemas mais sentidos durante o projeto, pois a escola não possui um ônibus ou van disponível para esse tipo de atividade limitando ainda mais os professores à sala de aula.

Fichas de observação

Para a análise, do que os alunos observaram durante a visita no centro de Tefé, foi pedido que eles respondessem as seguintes perguntas:

- O prédio (Igreja Matriz, Seminário e Prefeitura) que você observou pode ser considerado Patrimônio Cultural? Por que?
- Há alguma degradação (destruição) no prédio? Descreva.
- Além da Prefeitura/Seminário/Igreja você observou prédios, casas ou outras construções que podem ser Patrimônio? Quais? Por que?
- O que você acha que pode ser feito para a preservação desses locais?

Para tanto, os alunos foram divididos em cinco grupos para que respondessem/preenchessem, de acordos com as observações do grupo.

Em relação à primeira pergunta, todos os grupos responderam que as edificações observadas podem ser consideradas patrimônio cultural.

De acordo, com os alunos apenas o prédio do Seminário São José apresenta degradações como rachaduras e reformas que danificaram as estruturas originais. No entanto, eles relatam que os outros prédios (Igreja Matriz de Santa Teresa e Prefeitura Municipal) sofreram reformas recentes que alteram as aparências dos lugares.

Para os grupos, além das construções que foram observadas durante a visita, foram: o Mercado Municipal (ao lado do Seminário de São José) e a Radio Rural de Tefé (ao lado da Igreja Matriz de Santa Teresa), para os alunos poderiam ser considerados e preservados como Patrimônio Cultural, porque são prédios antigos e remetem a cultura dos moradores de Tefé.

Todos os grupos acreditando que a prefeitura é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural local, de acordo com eles o governo federal repassa verba suficiente para essas atividades.

Entrevistas com os professores

As entrevistas foram executadas com os três professores de história da escola entre 30 a 43 anos de idade, a fim de recolher dados sobre as questões de patrimônio cultural em suas aulas, com o apoio do questionário com seis perguntas pré-elaboradas (anexo 2), registradas com auxílio do gravador de voz e consentidas pelos entrevistados.

Foram entrevistados duas professoras e um professor, todos formados em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

A primeira entrevista foi realizada com V. S. A., que atua como professora a cinco anos, a mesma cedeu suas aulas para que fossem realizadas as atividades dessa pesquisa. Para

a entrevistada o significado de Patrimônio Cultural é *“tudo aquilo que faz parte da história de um povo... que tem uma representatividade histórica.*

Em relação o trabalho da escola Nazira Litaff com projetos culturais, a professora diz que há dois planos: o Afro Nazira que é um trabalho interdisciplinar, ou seja, todas as disciplinas envolvidas para a execução das atividades do projeto; os Contos Amazônicos na visão do caboclo é outro projeto que foi elaborado no início do ano de 2017, trabalhado pelos professores de história e geografia em suas aulas.

O estudo da história local para professora é muito importante *“porque o professor de história tem que fazer um link com a realidade do aluno”*, de acordo com ela, em alguns temas como o aniversário de Tefé e da escola há possibilidade de discutir as questões locais com os alunos, mas só nesses assuntos.

Sobre os recursos educacionais usados em suas aulas, a entrevistada admite utilizar apenas os recursos digitais como data show e TV para reproduzir vídeos.

Na questão de incentivos à preservação da história local por parte dos órgãos municipais e/ ou estaduais, a entrevistada diz que a preocupação é mínima na promoção de atividades relacionadas ao cuidado com as questões locais *“o que se ver são mais instituições não governamentais trabalhando nisso, do que governamentais”*, de acordo com ela, a Secretaria de Cultura de Tefé é responsável pela maior parte do trabalho atrelado a preservação da história local, no entanto a professora diz que esses trabalhos acontecem de maneira isolada *“o que a gente percebe, é que eles trabalham alguma coisa... festa da castanha, aniversário da cidade... em dado momento e não durante aquele todo período do ano”* (V.A., 2017).

A segunda entrevista foi cedida pelo professor A. P. que trabalha com o ensino de história há 11 anos, para ele Patrimônio Cultural é algo que abrange muitas coisas não só o material, mas também o imaterial *“cada povo tem seu valor, diferentes, mas tem... tem valores que uns julgam melhores outros piores, na realidade a gente sabe que não são melhores ou piores só são diferentes.”* De acordo com ele, o padrão europeizado, principalmente no que diz respeito as questões culturais, tem sido mais valorizado no Brasil do que as heranças culturais indígenas *“a cultura indígena foi relegada... em segundo plano a língua deles, os costumes a crença... tudo foi colocado em segundo plano em detrimento do padrão, do modelo europeu.”*

Em relação à promoção de projetos culturais pela escola, o professor comenta os dois projetos citados pela entrevistada anterior. Ele explica sobre os objetivos dos mesmos: o Afro Nazira trata sobre as questões culturais e sociais do negro no Brasil e na cidade de Tefé *“o*

projeto 'abre' a cabeça dos jovens, no sentido de mostrar muitas coisas que eles não sabem referente ao tema.”; e Os Contos Amazônicos na visão do Caboclo, de acordo com o professor, visa com que os alunos se aproximem de seus pais, no sentido que eles conversem sobre as lendas que sustentam e explicam ações do cotidiano dos moradores do Amazonas. A partir dos relatos, os alunos irão elaborar textos, livros para apresentar à comunidade escolar.

Em relação o trabalho da história local em sala de aula, o professor Afrânio Pereira diz ter importância, pois aproximam as crianças e os jovens da sua própria realidade despertando a atenção *“pois eles mesmos não conhecem sua própria história (...) se ele não conhece, ele não vai dar valor...”*. O recurso educacional mais utilizado pelo professor é a imagem, para ele, esse recurso desperta e prende a atenção nas aulas, proporcionando que os alunos utilizem a imaginação.

O professor diz que na questão de incentivos promovidos pelos órgãos públicos voltados para o patrimônio, não se vê ações para sensibilizar a população em termos de preservação. E atribui a responsabilidade às secretarias municipais de Cultura e Turismo, de acordo com ele os únicos eventos, que são desenvolvidos por esses órgãos não condizem com a realidade de Tefé.

A última professora entrevistada foi L. C. P., que exerce a profissão há 23 anos, para ela Patrimônio Cultural é *“tudo aquilo que já faz parte da cultura de um povo... como as praças, os prédios, as escolas (...) o povo já preserva e já vem conhecendo desde os tempos que foram construídos...”*.

Em relação aos planos de atividades culturais na escola, a professora menciona os dois projetos citados pelos demais entrevistados, e diz ser importante para que os alunos conheçam e se reconheçam nos temas trabalhados. Na questão da história local é só discutida com alunos do 5º ano, pois os conteúdos são mais propícios, de acordo com a professora. A entrevistada, diz utilizar imagens do livro didático para discutir os conteúdos em suas aulas. No que diz respeito ao trabalho dos órgãos públicos no incentivo à preservação, a professora diz que não há muito empenho da prefeitura para esse tipo de atividade, pois *“os governantes acham que isso não trará benefícios para eles, por isso eles não se importam”* (L.C., 2017).

A realização desta etapa do trabalho foi de grande relevância, enquanto experiência piloto de Educação patrimonial na cidade de Tefé. A reflexão sobre as estratégias que foram utilizadas poderá contribuir para que sejam pensadas futuras ações educativas, para contribuir na valorização do Patrimônio Cultural do município.

Levando em consideração que a cultura material ou imaterial pode ser utilizada durante o processo educativo enquanto fator importante para a fomentação de práticas que

visam a valorização da identidade cultural (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999). A realização das oficinas com os alunos da educação básica, proporcionou não só o conhecimento sobre o que se discute em sala de aula, mas também a noção de patrimônio cultural entre os alunos e as dificuldades em relação a questões locais.

Alguns obstáculos dificultaram a realização dos encontros na sala de aula como a falta de tempo disponível, pois a escola tem um plano de ação a ser cumprido; e a visita no centro de Tefé com a falta de transporte para conduzir os alunos. Contudo, os professores da escola foram receptivos com o projeto contribuindo para a execução das atividades, principalmente na atividade de campo (visita).

No entanto, os encontros e a visita no Centro da cidade foram experiências novas para os alunos, em todas as atividades eles mostravam entusiasmo facilitando as discussões e a relação com os mesmos em sala de aula.

Em relação ao trabalho dos professores de história com discussões sobre o Patrimônio Cultural em sala de aula, a partir das entrevistas, observou-se que os mesmos compreendem a importância do trabalho com os bens culturais e a história local, mas em conteúdos isolados. Os professores têm noções de patrimônio bem abrangentes, e de acordo com os mesmos, mencionam e relacionam o tema com os demais ministrados nas aulas. Todavia, nenhum deles diz utilizar os bens culturais como recursos em suas aulas.

A observação sobre escola Nazira Litaff Moriz, apontam que a mesma tem planos que envolvem questões culturais, como os projetos citados pelos professores durante a entrevista, esses planos podem ser um grande passo para dar início as atividades educativas que envolvam o Patrimônio Cultural local.

CONSIDERAÇÕES

Durante a realização da pesquisa, a prática do estágio supervisionado I e II, mostrou-se uma grande aliada para as observações dentro do âmbito escolar, e ainda estabelecer uma relação com os alunos e professores, no que diz respeito ao desenvolvimento da oficina esse contato foi essencial para o envolvimento dos mesmos.

Outro ponto importante a ser ressaltado, foram as dificuldades que surgiram para a realização das entrevistas pois algumas pessoas mostraram-se resistentes, em manter uma conversa sobre patrimônio por pensarem que de alguma forma suas concepções poderiam estar “incorretas”.

Nesse sentido, pode-se dizer que a falta de posicionamento de alguns moradores de Tefé, contribuiu para o descaso com a preservação do patrimônio cultural, atribuindo à responsabilidade apenas ao poder público.

As análises de concepções do patrimônio cultural junto a população de Tefé, apontaram que ainda permeia a noção ligada à prédios antigos e de grande estrutura, um conceito baseado em relações com a cultura europeizada, mas permitiram que fossem identificados os bens considerados como patrimônio cultural local. Observou-se também que, não é descartada a noção mais ampla, incluindo as manifestações populares como danças, festas e modos de expressão.

Em relação, a realização das oficinas, os obstáculos foram bem maiores, pois foi difícil encontrar uma escola que abraçasse a ideia de realizar a experiência de educação patrimonial, além disso, disso, a falta de horário disponível para os encontros com os alunos e a falta de transporte. No entanto, foram de grande relevância para a construção desse estudo e do meu próprio conhecimento enquanto educadora em formação.

Espera-se que esse trabalho possa fomentar e contribuir para a comunidade acadêmica e para cidade de Tefé, pois são poucas as pesquisas voltadas para a questão patrimonial na região. E ainda despertar no âmbito escolar, a utilização de novas metodologias que deixe o ensino mais dinâmico contando com a participação dos alunos nas aulas.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de história**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BEZERRA, Márcia. Arqueologia e educação. In. BARRETO, Euder Arrais et al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. 1. ed. Goiânia: SME/IPHAN, p. 67-65, 2008.

BEZERRA, Márcia. “As Moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011.

BEZERRA, Márcia. Arqueologia e [Des]envolvimento: Patrimônio, Contrato e Comunidades Locais na Amazônia. Simpósio Patrimônio. In: ROSTAIN, Stéphen (Ed.). **Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueologia Amazônica**. Instituto Francês de Estudios Andinos, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Embajada de EEUU, 2014

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____. Constituição Federal (1988). Seção II, Artigo 216. Acessado em 15 de agosto de 2016 <portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf>

CARNEIRO, Carla Gibertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: Alguns Aspectos dessa Interface. **Amazônia. Revista de Antropologia** (Online), v. 6, n. 2, p. 442-458, 2014

COSTA, Bernardo Lacale da Silva. **Levantamento Arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã. Estado do Amazonas**. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica: uma perspectiva teórica e metodológica da recepção**. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Educação Patrimonial: experiências. In. BARRETO, Euder Arrais et al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. 1. ed. Goiânia: SME/IPHAN, p. 23-36.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. Ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

GHIRARDELLO, Nilson e SPISSO, Beatriz (coord.) FARIA, Gerson Geraldo Mendes [et.al.] **Patrimônio Histórico: como e por que preservar**. Bauru, SP: Canal 6, 2008

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial: Utilização dos bens culturais como recursos educacionais**. Caderno do CEOM, Chapecó, SC, Argos, nº12, 2000, p. 159-180.

_____. Educação Patrimonial: trajetórias. In. BARRETO, Euder Arrais et al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. 1. ed. Goiânia: SME/IPHAN, p. 37-41, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina.; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museu Imperial, 1999.

MACEDO, Alba Tânia Rosaura. Política de preservação cultural. In. BARRETO, Euder Arrais et al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. 1. ed. Goiânia: SME/IPHAN, p. 91-96, 2008.

MARTINS, Dilamar Cândida. Patrimônio arqueológico e educação patrimonial. In. BARRETO, Euder Arrais et al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. 1. ed. Goiânia: SME/IPHAN, p. 67-76, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Cultura política e lugares de memória. In: Cecilia Azevedo; Denise Rollemberg; Maria Fernanda Bicalho; Paulo Knauss; Samantha VizQuadrat. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 445-464, 2009.

SILVA, L. W. F.; SILVA, M. A.; TAMANAHA, E. K **Preservação do patrimônio em Tefé – AM: diferentes visões e agentes**. Relatório apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé- AM, 2016.

SILVEIRA, F. L. A. ; BEZERRA, M. **Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas**. In: Eckert, C.; Lima Filho, M.F.; Beltrão, J. (Org.). *Antropologia e Patrimônio*

VARINE-BOHAN, H. **As Raízes do Futuro**. O patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1

DADOS DO ENTREVISTADO:

Nome:
Data de nascimento:
Sexo:
Endereço completo:
Formação:
Profissão atual:
Profissões anteriores:

DADOS DA ENTREVISTA

Indicação do contato (se houver):
Data da entrevista:
Local da entrevista:

Perguntas:

- 1- Quanto tempo você mora em Tefé?
- 2- Onde você nasceu?
- 3- Caso não seja de Tefé, porque veio morar na cidade?
- 4- Quais elementos / aspectos você se orgulha na cidade de Tefé?
- 5- Quais elementos / aspectos você não gosta na cidade?
- 6- O que você falaria sobre a cidade para uma pessoa que não a conhece?
- 7- Para você quais os monumentos históricos mais importantes da localidade?
- 8- O que a cidade possui de mais importante que deveria ser preservado / guardado para as novas gerações?
- 9- Você já ouviu falar na palavra patrimônio? O que você pensa quando ouve nessa palavra?
- 10- Como o poder público (prefeitura, estado, órgãos governamentais) atua na parte cultural da cidade? Você acha que poderia ser diferente?
- 11- Comente um pouco sobre a sua história de vida na cidade. O que você já aprendeu, o que aprendeu na região, etc

ANEXO 2

Nome completo:

Idade:

Escola que trabalha:

Disciplina ministrada:

1. Há quanto tempo você exerce a profissão?
2. Para você o que significa patrimônio cultural?
3. A escola que você trabalha realiza projetos culturais. Quais?
4. Você trabalha com a história local com seus alunos. Por que?
5. Você utiliza recursos educacionais em suas aulas. Quais?
6. Para você existe um incentivo por parte dos órgãos municipais e/ou estaduais para a preservação da história local?